



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO POSTO AVANÇADO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE DOM PEDRITO EM 28.09.16

Aos 28 dias do mês de setembro de 2016, compareceu à sede do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0005349-89.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pelo Assistente-Chefe do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito, Joao Mauri da Luz Ferreira, e pelos servidores à disposição dessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação do Posto Avançado:** 12.03.1998

**Data da última correição realizada:** 16.09.2015

**Data da Implantação do PJe:** 16.04.2015

**Jurisdição:** Dom Pedrito

**1.1 Período Correccionado:** de 1º.01.2015 a 28.09.2016

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

Juiz (a)	Situação	Período
Eliane Covolo Melgarejo	Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Bagé	Desde 23.06.2016
André Vasconcellos Vieira	Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Bagé	Desde 09.05.2013
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi.	Juíza Substituta Lotada	Desde 08.04.2013

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 27.09.2016)

#### 2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 04/2016, da Corregedoria Regional deste TRT, o Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito à 50ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Desde 18 de julho de 2016 foi instituída a modalidade de lotação plúrima, com vagas ocupadas pela Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Bagé Eliane Covolo Melgarejo,



pele Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Bagé André Vasconcellos Vieira e pela Juíza do Trabalho Substituta Marcele Cruz Lanot Antoniazzi.

### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	<b>Marcele Cruz Lanot Antoniazzi</b>	Desde 08.04.2013	<b>Juíza Substituta lotada</b>	03 anos, 05 meses e 21 dias
		De 07.01 a 08.07.2015	Atuou exclusivamente na 2ª Vara do Trabalho de Bagé e no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito, conforme Processo Administrativo Eletrônico nº 0007844-77.2014.5.04.0000	06 meses e 02 dias
2	<b>André Vasconcellos Vieira (Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Bagé)</b>	Desde 03.08.2015	<b>Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Bagé</b>	01, 01 mês e 26 dias
3	Jorge Fernando Xavier de Lima (Juiz do Trabalho Substituto)	17.08 a 22.11.15	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da 1ª Vara do Trabalho de Bagé	03 meses e 06 dias
		18.04 a 24.04.16	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da 1ª Vara do Trabalho de Bagé	07 dias
		18.07 a 16.08.16	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se em licença para tratamento de saúde	30 dias
		19.09 a 04.10.16	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da 1ª Vara do Trabalho de Bagé	16 dias
4	Carlos Alberto Zogbi Lontra	01.09.15 a 03.12.15	Juiz Titular	03 meses e 03 dias
5	Rozi Engelke	03.02 a 17.04.16	Juíza Titular	02 meses e 15 dias
6	<b>Eliane Covolo Melgarejo</b>	Desde 23.06.2016	<b>Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Bagé</b>	04 meses e 07 dias



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

7	Roberta Testani (Juíza do Trabalho Substituta)	23.11 a 18.12.15	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da 1ª Vara do Trabalho de Bagé	26 dias
8	Felipe Lopes Soares (Juiz do Trabalho Substituto)	10.02 a 10.03.16	Atuou em razão de férias da Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Bagé	30 dias
		27.04 a 25.05.16	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da 1ª Vara do Trabalho de Bagé	29 dias
9	Bárbara Fagundes (Juíza do Trabalho Substituta)	25.04 a 26.04.16	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da 1ª Vara do Trabalho de Bagé	02 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 27.09.2016)

#### 2.1.4 Afastamentos dos Juizes Titulares durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular da 2ª Vara do Trabalho de Bagé (Desde 09.05.13)	André Vasconcellos Vieira	Férias	21.09 a 04.10.15	14 dias
		Férias	23.11 a 08.12.15.	16 dias
		Férias	28.03 a 03.04.16	07 dias
		Férias	27.06 a 19.07.16	23 dias
		Férias	05.09 a 26.09.16	22 dias
Titular da 1ª Vara do Trabalho de Bagé (De 01.09.15 a 03.12.15)	Carlos Alberto Zogbi Lontra	Afastamento para atuar no Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios – JACEP	01.09 a 02.09.15	02
		Afastamento conforme PA 0003529-69.2015.5.04.000	03.09 a 05.09.15	03
		Afastamento para atuar no Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios – JACEP	06.09 a 03.11.15	59
		Afastamento conforme PA 0006909-03.2015.5.04.0000	04.11 a 06.11.15	03
		Afastamento para atuar no Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios – JACEP	07.11 a 23.11.15	17
		Afastamento conforme PA 0007370-72.2015.5.04.0000	24.11 a 25.11.15	02



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

		Afastamento conforme PA 0007299-70.2015.5.04.0000	26.11 a 27.11.15	02
		Afastamento para atuar no Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios – JACEP	28.11 a 03.12.15	06
Titular da 1ª Vara do Trabalho de Bagé (De 03.02.16 a 17.04.16)	Rozi Engelke	Afastada para proferir decisão em processos redistribuídos pela Corregedoria Regional	03.02 a 09.02.16	07
		Férias	10.02 a 10.03.16	30
Titular da 1ª Vara do Trabalho de Bagé (Desde 23.05.16)	Eliane Covolo Melgarejo	Licença para tratamento de saúde – LTS	11.07 a 04.09.16	56
		Férias	05.09 a 04.10.16	30
Substituta Lotada	Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	Férias	07.01 a 05.02.15	30
		Férias	16.07 a 15.08.15	30
		Férias	10.02 a 10.03.16	30
		Férias	18.07 a 16.08.16	30

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 27.09.2016)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Considerando o que consta no Provimento CGJT nº 02/2015 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, na recomendação contida na Ata de Correição Ordinária da CGJT realizada na 4ª Região em 2015, e ainda conforme os Processos Administrativos nº 0003511-48.2015.5.04.0000 e nº 0004510-98.2015.5.04.0000, restou determinado, dentre outros aspectos, que a lotação de pessoal ocorrerá exclusivamente em Vara do Trabalho quando na circunscrição houver Posto Avançado.

Assim, os servidores anteriormente lotados em Postos Avançados vinculados à Vara única foram relotados na respectiva Vara e os servidores lotados em Postos vinculados a Foro Trabalhista com mais de uma Unidade Judiciária foram distribuídos proporcionalmente entre as Varas pertencentes àquele Foro. Desta forma, cada Posto Avançado funcionará com servidores lotados em Varas, os quais estarão à disposição da unidade vinculada.

No entanto, caso os Postos Avançados contenham com Analistas Judiciários – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, tais servidores permanecerão lotados na Vara Única ou na Central de Mandados, conforme o caso.



Apresenta-se nas tabelas a seguir a lista de pessoal lotado na 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Bagé e colocado à disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito:

<b>Servidores lotados na 1ª Vara do Trabalho de Bagé à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito</b>				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Lotação
1	Fernanda Antunes Vidal	Analista Judiciário – Área Judiciária	<b>Secretária de Audiência (FC03)</b>	10.10.11
2	Eberton Luiz Silveira Garcia	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente FC02</b>	10.05.07

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.09.2016)

<b>Servidores lotados na 2ª Vara do Trabalho de Bagé à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito</b>				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Lotação
1	Joao Mauri da Luz Ferreira	Técnico Judiciário – Área Administrativa- Especialidade Segurança	<b>Assistente Chefe de Posto (FC05)</b>	02.03.05
2	Luiz Gustavo Rodrigues Mattos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente FC02</b>	14.07.11

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.09.2016)

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

A padronização da Estrutura de Pessoal encontra-se informada na ata de correção das 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Bagé.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Os afastamentos dos servidores à disposição do Posto Avançado de Dom Pedrito podem ser consultados na ata de correção 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Bagé, conforme a respectiva lotação informada na tabela do item 2.2.1.

## 2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correcionado



Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se que não foram publicadas portarias de greve na Unidade Judiciária restringindo o horário do expediente externo, suspendendo ou interrompendo prazos, em decorrência do movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015

## 2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

A movimentação de servidores encontra-se disponível para consulta na ata de correição 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Bagé

## 2.2.6 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Luize Machado Duarte Martins	Direito	01.09.2016 a 28.02.2017

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.09.2016)

## 3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

### 3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em que pese se tratar de Posto Avançado cujos processos estão vinculados às Varas do Trabalho de Bagé, para fins de análise de desempenho a Unidade foi enquadrada na faixa de movimentação processual de até 500 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com até 500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Arroio Grande - 01a Vara	346	360	291	332,33
<b>Dom Pedrito - Posto Avançado</b>	<b>240</b>	<b>279</b>	<b>277</b>	<b>265,33</b>
Rosário do Sul - 01a Vara	343	361	294	332,67
Santa Vitória do Palmar - 01a Vara	391	455	556	467,33
Santiago - 01a Vara	459	429	500	462,67
Geral Unidades	1.539	1.605	1.641	398,75



(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

### 3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	345	343	-0,58%	336	-2,04%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	67	100	49,25%	103	3,00%
Pendentes de finalização na fase de execução***	480	416	-13,33%	425	2,16%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	12	18	50,00%	20	11,11%
<b>Total</b>	<b>904</b>	<b>877</b>	<b>-2,99%</b>	<b>884</b>	<b>0,80%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

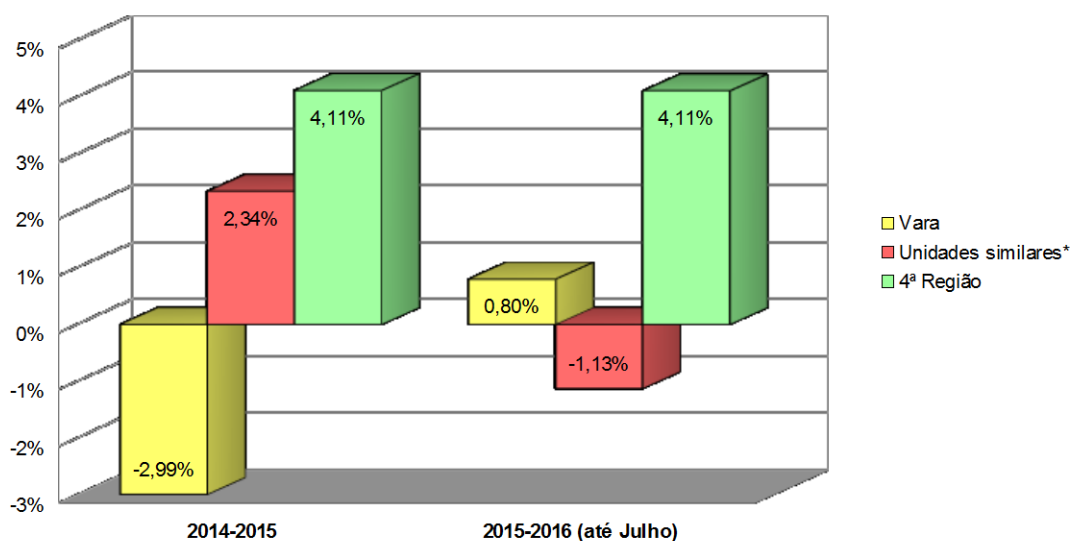
\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve redução de 2,99% no total de processos tramitando na Unidade Judiciária. A variação no acervo de processos no Posto Avançado de Do Pedrito em 2015 foi menor que o resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação média de 4,11% no estoque de processos em tramitação. Nos primeiros sete meses de 2016, o estoque de processos tramitando sofreu aumento de 0,80%, índice menor que variação da média regional no período, que apresentou, novamente, aumento de 4,11%, consoante aponta o gráfico abaixo:



Variação do acervo de processos tramitando



### 3.3 FASE DE CONHECIMENTO

#### 3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07)	Varição 2015-2016
Casos novos	279	277	-0,72%	123	-55,60%
Sentença Anulada/Reformada	0	1	-	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	240	285	18,75%	111	-61,05%
<b>Processos pendentes de solução</b>	<b>130</b>	<b>121</b>	<b>-6,92%</b>	<b>134</b>	<b>10,74%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

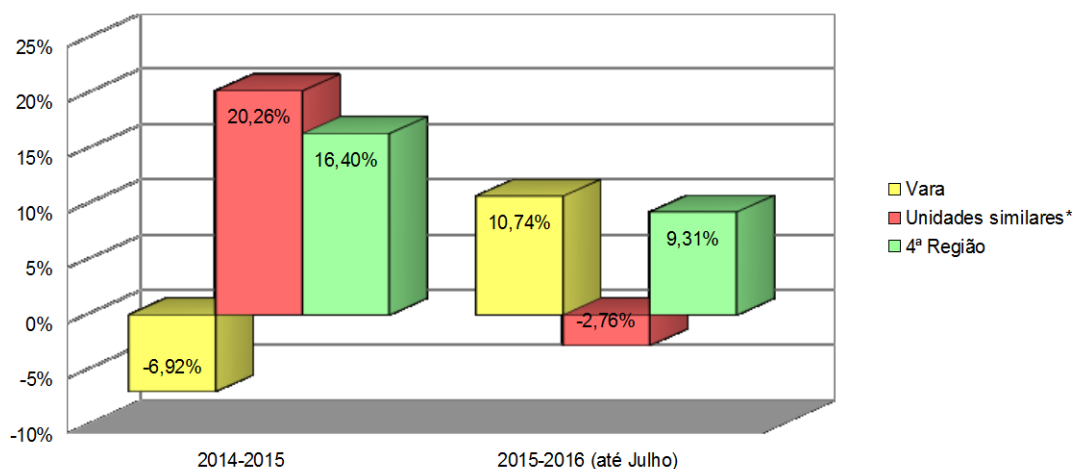
\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma redução de 6,92% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 130 para 121 processos) – índice qualitativamente bastante superior ao verificado em toda a 4ª Região em 2015, na qual o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%. O principal fator que contribuiu para essa diminuição no estoque foi um aumento de 18,75% nos processos solucionados em relação ao período anterior.





Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual em 31.12.2015. Especificações constantes no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	51	24	-52,94%	30	25,00%
Aguardando encerramento da instrução	62	60	-3,23%	51	-15,00%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	14	10	-28,57%	17	70,00%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	17	5	-70,59%	12	140,00%
<b>TOTAL</b>	<b>144</b>	<b>99</b>	<b>-31,25%</b>	<b>110</b>	<b>11,11%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

### 3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos\* e em relação aos pendentes de julgamento\*\*

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Dom Pedrito - Posto Avançado	86,02%	102,89%	19,61%	90,24%	-12,29%
Unidades similares*	90,03%	93,05%	3,36%	96,31%	3,50%
TRT4 - 1ª Instância	85,92%	89,11%	3,72%	89,32%	0,23%



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

\* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 102,89% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 19,61% em relação ao índice do ano anterior. O desempenho da Unidade nesse quesito foi superior ao das unidades de porte semelhante em cerca de 9,84 pontos percentuais e acima da média geral do TRT da 4ª Região em 13,78 pontos percentuais.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Dom Pedrito - Posto Avançado	64,86%	70,02%	7,95%	45,49%	-35,03%
Unidades similares*	71,64%	69,92%	-2,41%	59,53%	-14,85%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,10%	42,14%	-23,67%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

\*\* Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pelo Posto Avançado de Dom Pedrito foi de 70,02% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 7,95% superior ao verificado em 2014. Tal desempenho foi superior ao das unidades da mesma faixa de movimentação processual, bem como à média de toda a 4ª Região, em 0,11 e 47,69 pontos percentuais, respectivamente.

### 3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 31.07)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	105	43,75	146	51,23	62	55,86
	Julgado procedente	6	2,5	10	3,51	3	2,7
	Julgado procedente em parte	88	36,67	66	23,16	28	25,23
	Julgado improcedente	21	8,75	29	10,18	10	9,01
	Extinto	0	0	1	0,35	0	0
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>220</b>	<b>91,67</b>	<b>252</b>	<b>88,42</b>	<b>103</b>	<b>92,79</b>
Sem exame de mérito	Extinto	9	3,75	12	4,21	2	1,8
	Arquivamento (art. 844 CLT)	9	3,75	8	2,81	3	2,7
	Desistência	2	0,83	11	3,86	3	2,7
	Outras decisões	0	0	2	0,7	0	0



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	<b>SUBTOTAL</b>	<b>20</b>	<b>8,33</b>	<b>33</b>	<b>11,58</b>	<b>8</b>	<b>7,21</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>240</b>	<b>100</b>	<b>285</b>	<b>100</b>	<b>111</b>	<b>100</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

No ano de 2015, verificou-se um aumento de 45 processos solucionados na Unidade Judiciária, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 18,75% em relação a 2014. Esse desempenho se mostra acima da média observada na 4ª Região que, em 2015, apresentou um aumento médio de 8,19% no número de processos solucionados, bem como à média apresentada por unidades similares, que registrou aumento de 5,67%, conforme especificações do quadro abaixo:

	Variação média processos solucionados		Variação média solucionados com resolução de mérito (sem conciliações)		
	2014-2015	2015-2016		2014-2015	2015-2016
Dom Pedrito - Posto Avançado	18,75%	-61,05%	Dom Pedrito - Posto Avançado	-7,83%	-61,32%
Unidades similares	5,67%	-33,33%	Unidades similares*	13,76%	-39,11%
TRT4 - 1ª Instância	8,19%	-35,99%	TRT4 - 1ª Instância	7,56%	-36,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

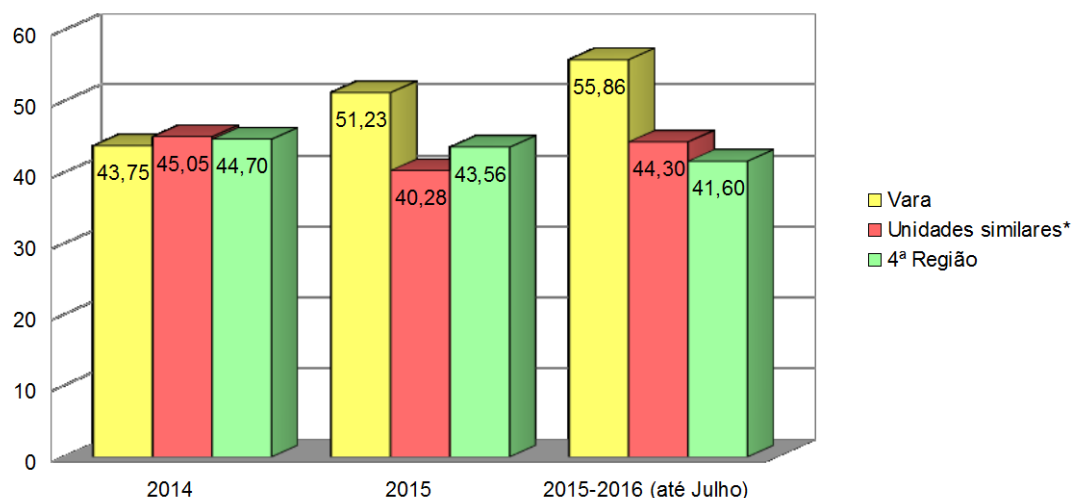
Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 115 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número foi de 106 decisões, representando uma redução de 7,83%. O desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior à média geral do TRT4, a qual registrou um aumento de 7,56% no número de decisões com resolução de mérito, bem como a variação da média das unidades de porte semelhante, que foi de 13,76%.

Os números evidenciam, contudo, uma ampliação no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 105, representando 43,75% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações aumentou para 146, correspondendo a 51,23% das soluções na fase de conhecimento. De qualquer sorte, o resultado das conciliações, em termos percentuais, foi superior ao verificado em toda a 4ª Região, cuja média nesse quesito totalizou 43,56% no período.

Por fim, constata-se que, no corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 55,86%, resultado acima da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



Percentual de conciliações nos processos solucionados



### 3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
<b>Pendentes do período anterior</b>	47	66	40,43%	99	50,00%
<b>Iniciadas</b>	62	87	40,32%	46	-47,13%
<b>Encerradas</b>	43	52	20,93%	46	-11,54%
<b>Pendentes</b>	<b>66</b>	<b>99</b>	<b>50,00%</b>	<b>97</b>	<b>-2,02%</b>
<b>Em arquivo provisório</b>	0	0	Não aplicável	0	Não aplicável

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação aumentou de 66, em 2014, para 99, em 2015, importando acréscimo de 50%. Esse crescimento foi bastante superior àquele verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 27.239, em dezembro de 2014, para 28.935 em dezembro de 2015 – implicando aumento médio de apenas 5,9%.

O principal motivo para esse aumento foi a ampliação do número de liquidações iniciadas associado ao aumento no número de processos pendentes do ano anterior.

#### 3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

##### Liquidações encerradas em relação às iniciadas



	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Dom Pedrito - Posto Avançado	69,35%	59,77%	-13,82%	100,00%	67,31%
Unidades similares*	96,76%	83,57%	-13,63%	104,51%	25,07%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	93,01%	5,17%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 59,77% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 13,82% em relação ao índice do ano anterior. Este resultado foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, bem como à média geral do TRT4, respectivamente, em 23,8 e 28,66 pontos percentuais.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até julho)	Variação 2015-2016
Dom Pedrito - Posto Avançado	39,45%	33,99%	-13,85%	31,72%	-6,66%
Unidades similares*	59,97%	50,76%	-15,35%	50,82%	0,12%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	45,97%	-15,36%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

\*\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pelo Posto Avançado de Dom Pedrito em 2015 foi de 33,99% do número total de liquidações a encerrar – resultado 13,85% inferior ao verificado em 2014. Esse desempenho foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 16,77 e 20,33 pontos percentuais, respectivamente.

### 3.5 FASE DE EXECUÇÃO

#### 3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até julho)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	56	73	30,36%	49	-32,88%
	Desarquivadas para prosseguimento	38	82	115,79%	0	-100,00%
Saídas	Encerradas	90	77	-14,44%	21	-72,73%
	Arquivadas Provisoriamente	25	16	-36,00%	18	12,50%

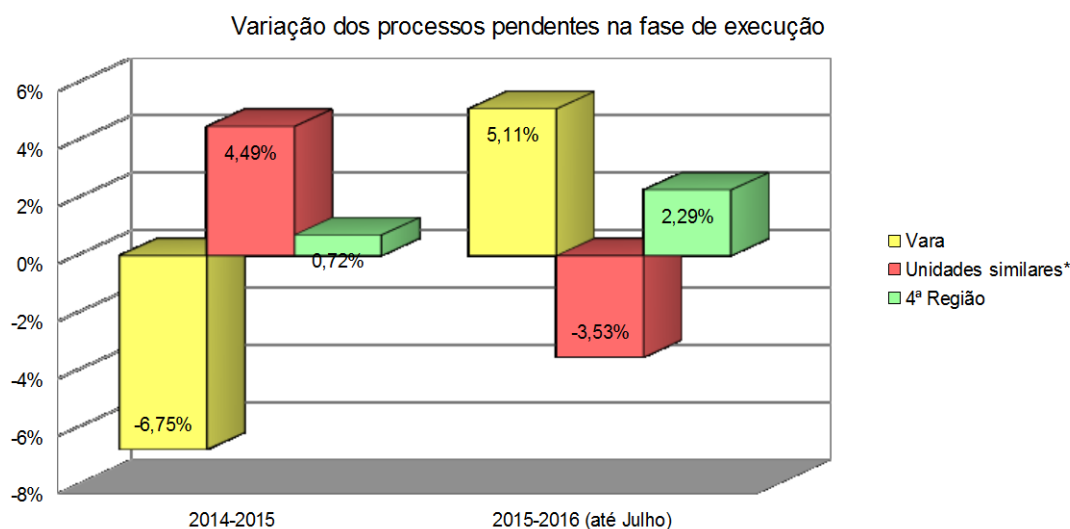


<b>Pendentes</b>	<b>Exclusivamente crédito previdenciário</b>	7	6	-14,29%	6	0,00%
	<b>Demais</b>	245	229	-6,53%	241	5,24%
	<b>Total</b>	<b>252</b>	<b>235</b>	<b>-6,75%</b>	<b>247</b>	<b>5,11%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		225	160	-28,89%	176	10,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

Entre os anos de 2014 e 2015, o estoque de execuções pendentes no Posto Avançado de Dom Pedrito sofreu redução de 6,75%, o que equivale, em números, a 17 processos, apesar de um considerável aumento no número de desarquivamentos para prosseguimento da execução, de 38 processos em 2014 para 82 em 2015.

Por sua vez, os dados colhidos no período até 31.07.2016 apontam uma elevação no estoque de processos pendentes na fase de execução em 5,11%, resultado acima da média regional no mesmo período, que apresentou um aumento de apenas 2,29% no número de execuções pendentes.



### 3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07)	Varição 2015-2016
Dom Pedrito - Posto Avançado	160,71%	105,48%	-34,37%	42,86%	-59,37%
Unidades similares*	91,91%	89,72%	-2,38%	68,43%	-23,72%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	70,07%	-12,45%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

\* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]



Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 105,48% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma queda de 34,37% em relação ao índice do ano anterior. Apesar disso, constata-se que o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e da média geral do TRT da 4ª Região em 15,76 e 25,45 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Dom Pedrito - Posto Avançado	27,36%	23,69%	-13,39%	7,39%	-68,79%
Unidades similares*	10,90%	11,95%	9,63%	7,14%	-40,20%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	10,23%	-33,53%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

\*\* Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela Posto Avançado de Dom Pedrito em 2015 foi de 23,69% do número total de execuções a encerrar – resultado 13,39% inferior ao verificado em 2014. Mesmo assim, esse resultado foi maior que a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e que a média geral do TRT da 4ª Região em 11,74 e 8,3 pontos percentuais, respectivamente.

### 3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
(B) Processos com Inclusão de Devedor no BNDT	25	31	24,00%	10	-67,74%
(C) Processos com Exclusão de Devedor no BNDT	17	49	188,24%	6	-87,76%
(D) Processos com Devedores Inscritos no BNDT	<b>342</b>	<b>324</b>	<b>-5,26%</b>	<b>328</b>	<b>1,23%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.



Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pelo Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.06.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 08.08.2016. Dessa consulta, **não resultaram processos** com execução encerrada definitivamente, mas com devedores inscritos no BNDT.

### 3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 31.07)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	52	48	7	31	34	2	13	11	4
<b>*Antecipações de tutela</b>	57	51	2	18	21	38	11	12	28
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	0	0	0	1	1	1	3	1	3
<b>Embargos à execução</b>	20	9	17	11	9	15	5	4	15
<b>Embargos à arrematação</b>	0	0	1	0	0	0	0	0	0
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	1	1	1	0	0	1	0	0	1
<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>109</b>	<b>28</b>	<b>61</b>	<b>65</b>	<b>57</b>	<b>32</b>	<b>28</b>	<b>51</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

\*A lista de processos com antecipação de tutela pendentes de solução está anexada ao final deste relatório (Anexo 01).

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 61 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma queda de 53,08% em relação ao ano anterior. Observa-se que o número de incidentes processuais julgados também apresentou queda na comparação entre os anos de 2014 e 2015, de 40,37%, passando de 109 para 65 processos.

Houve aumento no número total de incidentes processuais pendentes de decisão, de 28 para 57 processos, fato que se atribui, sobretudo, à diminuição nos processos julgados em 2015. Destaca-se, por fim, que, em 31.07.2016, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão era de 51 processos





(redução de 10,53% em relação a 2015). As antecipações de tutela eram a espécie que correspondia à maior parte dos incidentes processuais ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja, ainda, pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, tal como se demonstra nos exemplos que seguem:

<b>1</b>	<b>Processo nº 0020084-22.2016.5.04.0811</b>
Apresentado pedido de <b>antecipação dos efeitos da tutela</b> junto com a petição inicial, em 17-2-2016, embora realizada a conclusão do incidente, este foi encerrado sem a devida solução (Concedida/concedida em parte/Não concedida/Prejudicada a antecipação de tutela [nome da parte]), razão pela qual permanece a pendência junto ao sistema informatizado.	
<b>2</b>	<b>Processo nº 8006100-20.2002.5.04.0811</b>
Em 9-12-2014 foram opostos <b>embargos declaratórios</b> pela reclamada. O Magistrado, por meio de simples despacho, deixou de receber o incidente, por incabível. No entanto, sem que tenha sido dada a solução específica no sistema, qual seja, “decisão em incidente processual”, permanece a pendência junto ao sistema E-Gestão.	

\* Para registro da decisão de antecipação de tutela no PJE, deve ser encaminhado o processo para decisão do tipo “Antecipação de Tutela” registrando-se, posteriormente, o tipo de decisão oferecida (concedida, concedida em parte, não concedida ou prejudicado o incidente). Esse andamento deverá ser registrado, inclusive, junto com a sentença, caso somente esta decida a antecipação de tutela.

Caso tenha sido proferida a sentença e o processo já esteja na fase de liquidação, o procedimento acima não estará mais disponível. Dessa forma, há duas formas de retirar a pendência desse tipo de incidente:

1) Caso a antecipação de tutela tenha sido apresentada junto com a petição inicial (ou seja, no cadastramento foi assinalado pelo advogado ou pelo servidor que revisou o cadastramento que há pedido de antecipação de tutela) pode ser retificada a autuação e desmarcado o campo "antecipação de tutela" (acessar o menu Processos>Outras Ações> Retificar Autuação e desmarcar a caixa de seleção “Pedido de Liminar/Antecipação de Tutela”);

2) Caso a antecipação de tutela tenha sido apresentada como pedido em uma petição à parte, deve ser feita uma conclusão para julgamento, prejudicado o incidente informando do tipo antecipação de tutela.

\*\* Para evitar as distorções estatísticas resultantes da conclusão dos embargos declaratórios deverá a Vara observar que a elaboração da minuta da sentença de julgamento de embargos de declaração no PJe-JT deve sempre ser feito no editor simples na tarefa “Minutar sentença – ED”, acessada a partir do subfluxo “Controle manual – Prazos pós-sentença”. Antes do encaminhamento do processo para assinatura pelo magistrado, através da tarefa “Analisar sentença – ED”, deve-se fazer o registro do resultado do julgamento, selecionando um ou mais dos movimentos disponíveis (de acordo com a quantidade de EDS julgados).

Quando não observado esse procedimento e o processo já se encontrar em fase de liquidação/execução, determina-se para correção das pendências informadas que seja adotado o seguinte procedimento: 1. A partir da Análise da Liquidação/Execução, conforme a fase, enviar o processo para “Concluso ao magistrado”, registrar a conclusão para julgamento (complemento “Embargos de Declaração”) e selecionar o magistrado para o qual consta a pendência; 2. Na tarefa de minuta da sentença, sugere-se inserir no editor de textos conteúdo



indicando que aquele ato se refere a um ajuste de movimentação processual. Indicar: Partes cientes "não" e intimar DEJT "não". Após, registrar o resultado, de acordo com o julgamento do ED; 3. Encaminhar o processo para assinatura do magistrado; 4. Após a assinatura, o processo será movimentado para a tarefa "Preparar comunicação". Deve-se, então, clicar em "Cancelar" e o processo retornará à Análise da Liquidação/Execução, de acordo com a fase; 5. Verificar se os movimentos relativos ao julgamento foram registrados e devolver o processo para a tarefa em que estava anteriormente, seguindo a sua tramitação normal.

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

## **4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO**

### **4.1 FASE DE CONHECIMENTO**

<b>Prazos médios (em dias)</b>						
		2014	2015	Variação 2014- 2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
<b>Do ajuizamento da ação à prolação da sentença</b>	<b>Sumaríssimo</b>	38,17	51,00	33,61%	246,56	383,45%
	<b>Ordinário</b>	191,08	182,26	-4,62%	218,35	19,80%
	<b>Total</b>	<b>187,23</b>	<b>173,45</b>	<b>-7,36%</b>	<b>220,66</b>	<b>27,22%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.07.2016)

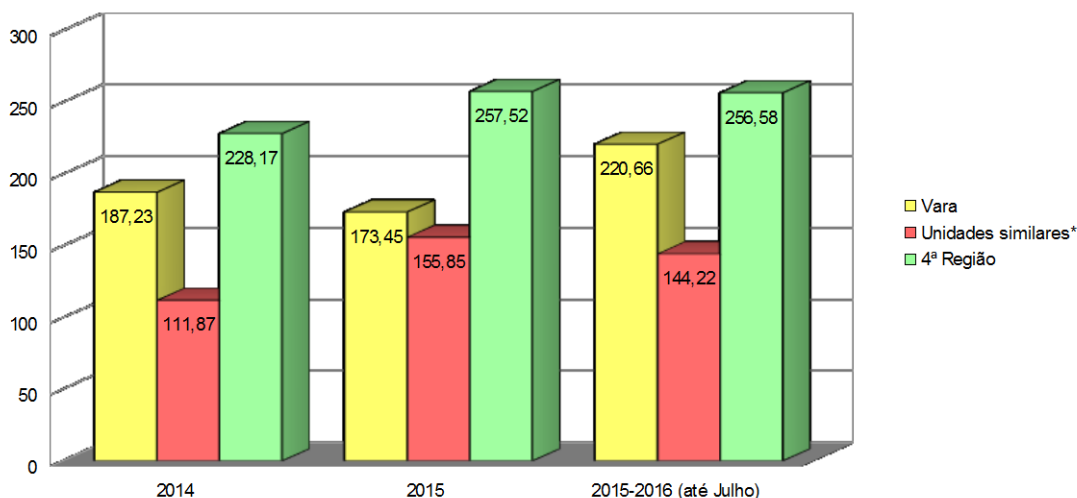
No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença no Posto Avançado de Dom Pedrito apresentou uma redução de 7,36%, passando de 187,23 para 173,45 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 33,61% em relação à média do ano anterior, passando de 38,17 para 51 dias. O rito ordinário, entretanto, registrou queda de 4,62% no prazo médio, de 191,08 para 182,26 dias. No ano de 2016, nota-se aumento no prazo médio tanto nos processos do rito sumaríssimo quanto nos processos do rito ordinário.

O lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 11,29% maior (17,6 dias) que a média do prazo identificado nas unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual mas 32,65% menor (84,07 dias) à média do prazo em todas as Unidades de 1ª instância do TRT4.

Outrossim, os dados dos primeiros sete meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi de 220,66 dias, resultado este 53% maior (76,44 dias) que o prazo médio constatado nas demais Unidades Similares mas 14% menor (35,92 dias) que o prazo médio verificado nas Unidades que integram a 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de conhecimento



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	624,00	76,00	-87,82%	270,00	255,26%
	Ordinário	303,64	326,55	7,55%	414,95	27,07%
	<b>Total</b>	<b>311,65</b>	<b>321,33</b>	<b>3,11%</b>	<b>411,73</b>	<b>28,13%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.07.2016)

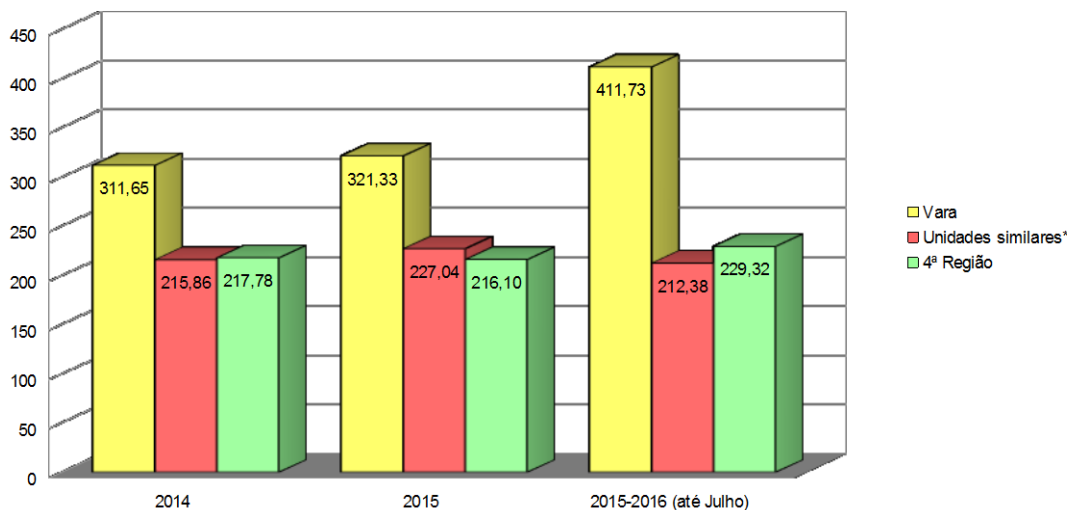
No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, totalizou 76 dias, o que representa uma redução de 87,82% em relação ao período anterior. Em contrapartida, no rito ordinário o prazo médio alcançou 326,55 dias, com elevação de 7,55% em relação ao prazo verificado em 2014. Os dados do ano de 2016, colhidos até o mês de julho, apontam uma tendência de novo aumento do prazo médio geral entre o início e o encerramento da liquidação.

Constatou-se, ainda, que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 94,29 dias maior do que o de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 105,23 dias maior do que a média geral de toda a 4ª Região.

Outrossim, os dados dos primeiros sete meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 93,86% maior (199,35 dias) que o prazo médio nas demais Unidades Similares e 79,55% maior (182,41 dias) que o prazo médio verificado na demais Unidades integrantes da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de liquidação



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.07)	Varição 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	1.017,38	804,96	-20,88%	752,06	-6,57%
	Ente público	1.729,00	853,10	-50,66%	575,20	-32,58%
	<b>Total</b>	<b>1.061,31</b>	<b>812,15</b>	<b>-23,48%</b>	<b>713,61</b>	<b>-12,13%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, diminuiu de 1.017,38 dias, em 2014, para 804,96 dias, em 2015. Considerado o período de janeiro a julho de 2016, a média apresentou nova queda, dessa vez de 6,57%, diminuindo para 752,06 dias.

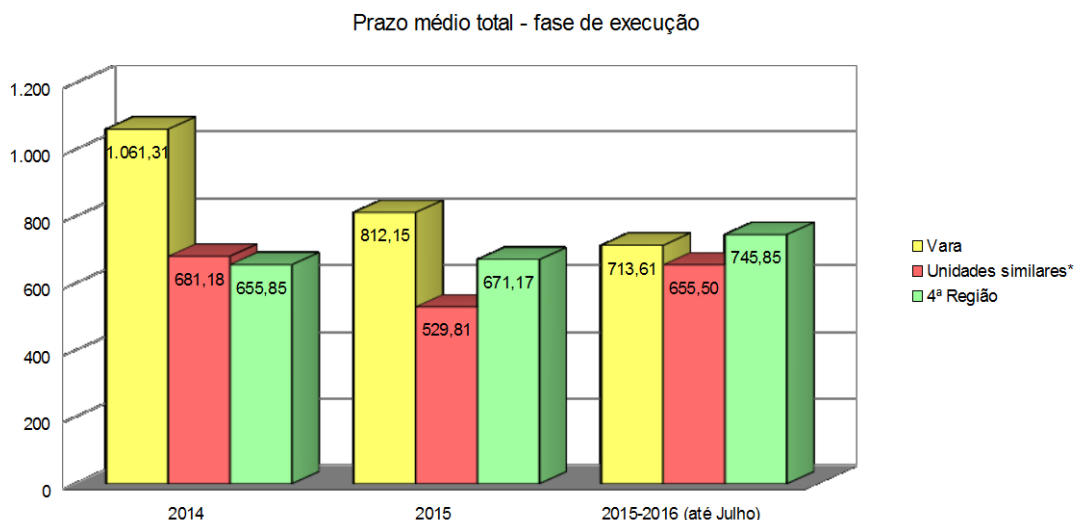
Quando o executado era ente público, houve redução do prazo em 50,66%, de 1.729 dias em 2014 para 853,1 dias em 2015. Nova redução de janeiro a julho de 2016, de 50,66%.

Quanto ao prazo médio total, este encerrou o ano de 2015 contabilizando 812,15 dias, o que traduz uma redução de 23,48% em relação ao prazo médio total do ano de 2014. No ano de 2016, verificou-se nova queda no prazo médio, de 12,13%.

Constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução no Posto Avançado de Dom Pedrito foi 53,29% maior (282,33 dias) que a média das Unidades da mesma faixa de tramitação processual e 21,01% maior (140,98 dias) que a média de toda a 4ª Região, em 2015. Entre janeiro e julho de 2016, o prazo foi 8,87% maior (58,11 dias) que o prazo das unidades de



porte semelhante mas 4,32% menor (32,23 dias) que o prazo médio geral da 4ª Região, conforme dados apresentados no gráfico abaixo:



## 5 METAS

### 5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.1.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
277	285	102,89%	Meta Cumprida

**5.1.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
97	91	93,81%	Meta cumprida

**5.1.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

73	152	<b>208,22%</b>	<b>Meta cumprida</b>
----	-----	----------------	----------------------

\* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.1.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

<b>META 6/2015 CNJ</b>			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
1	1	<b>100,00%</b>	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014		Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	3	2
2º	Estado do Rio Grande do Sul	0	4
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	1	3
5º	União	0	0
6º	OI S.A.	0	1
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	1	0
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	0	1
9º	Banco do Brasil S.A.	1	0
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0

Total em 2014	Total em 2015	Percentual atingido	Resultado
6	11	83,33%	<b>Meta não cumprida</b>

**5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:**

**a)** “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.



META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	187,23	173,45	<b>185,36</b>	<b>Meta cumprida</b>

**b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.**

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
<b>Total de acordos</b>	142	105	123,5	146	<b>125</b>	<b>Meta cumprida</b>

## 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

**5.2.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.07.2016	Solucionados até 31.07.2016	%	Resultado parcial (até 31.07)
123	111	<b>90,24%</b>	<b>Indicativo de não cumprimento da meta</b>

**5.2.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 31.07. 2016	%	Resultado parcial (até 31.07)
130	121	<b>93,08%</b>	<b>Meta já cumprida</b>

**5.2.3 Meta 3:** “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31.07)	Meta para 2016	Resultado parcial (até 31.07)



<b>Total de acordos</b>	142	105	123,5	62	<b>126</b>	<b>Indicativo de não cumprimento da meta</b>
<b>Média mensal de acordos</b>	11,83	8,75	10,29	8,86	<b>10,5</b>	

**5.2.4 Meta 5:** “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

<b>META 5/2016 CNJ</b>			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.07)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até 31.07)
49	46	<b>93,88%</b>	<b>Indicativo de não cumprimento da meta</b>

Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.2.5 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

<b>META 6/2016 CNJ</b>	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta já cumprida</b>

**5.2.6 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (31.07.2016)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	2 / 0
2º	União	0 / 0
3º	Estado do Rio Grande do Sul	4 / 8
4º	Caixa Econômica Federal - CEF	1 / 1
5º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	3 / 3
6º	OI S.A.	1 / 1
7º	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	0 / 1





8º	Claro S.A.	0	0
9º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0
10º	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	0	0

Total em 2015	Total em 2016 (até julho)	Percentual atingido	Resultado
11	14	27,27%	Meta ainda não cumprida

## 6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

### 6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências todas as semanas, de forma alternada entre 1ª e 2ª Varas de Bagé. Os processos da 1ª Vara são incluídos nas quartas-feiras pela manhã e, apenas quando necessário, nas tardes de quarta-feira. Os processos da 2ª Vara são incluídos em pauta nas quintas-feiras à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo:

#### Pauta do Juiz Titular da 1ª Vara

Juíza Eliane 1ª Vara	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã			5(I) 1(U) 4(P)		
Tarde					

#### Pauta do Juiz Titular da 2ª Vara

Juiz. André 2ª Vara	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã					
Tarde				8-10(I) (U) 4-5 (P)	

#### Pauta do Juiz Substituto – 1ª e 2ª Varas

Juíza Marcelle	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã			3-4 (P) 6-7(I) 1ª vara		



Tarde				3-4 (P) 6-7 (I) <b>2ª vara</b>	
-------	--	--	--	--------------------------------------	--

(Fonte: Informação do Assistente-Chefe do Posto em 28.09.2016)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento

Todos os processos são incluídos em pauta. Normalmente os entes públicos são reclamados subsidiários. Se solicitarem para não comparecer às audiências, são dispensados.

Audiências em processos na fase da execução não ocorrem de maneira habitual. Entretanto, se as partes comparecerem em dia de audiência e solicitarem a inclusão em pauta, a audiência é realizada.

## 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	1ª Vara	2ª Vara	1ª Vara	2ª Vara
Inicial	16.11.2016	09.11.2016	16.11.2016	09.11.2016
	Dra. Marcele 19.10.2016		19.10.2016	23.11.2016
Una Sumaríssimo				
Instrução	08.02.2017	15.12.2016	14.12.2016	15.12.2016
	Dra. Marcele 22.03.2017		07.12.2016	

(Fonte: Informação do Assistente-Chefe do Posto em 28.09.2016)

Não há horário reservado para os processos do Rito Sumaríssimo, os quais são encaixados na pauta tão logo distribuídos.

## 6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias) – Audiência inicial						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
		Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	30,40	38,36	26,18%
Ordinário	51,76		42,16	-18,55%	68,55	62,59%
<b>Total</b>	<b>50,95</b>		<b>41,93</b>	<b>-17,69%</b>	<b>68,46</b>	<b>63,25%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo aumentou de



30,4 dias, em 2014, para 38,36 dias, em 2015 (acréscimo de 26,18%). O prazo médio da audiência inicial do rito ordinário, contudo, se reduziu de 51,76 dias, em 2014, para 42,16 dias, em 2015 (diminuição de 18,55%). O prazo médio total apresentou redução de 17,69%, diminuindo de 50,95 dias, em 2014, para 41,93 dias, em 2015.

Em 2016, a Unidade apresentou prazo médio total de 68,46 dias, refletindo aumento de 63,25% em comparação com o prazo identificado ao final do ano anterior.

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas de iniciais efetivamente disponíveis indicam prazos médios inferiores aos apontados pelo Sistema e-Gestão.

#### 6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias) – Audiência de instrução						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.07)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	76,00	14,5	-80,92%	164,14	1032,00%
	Ordinário	170,53	120,39	-29,40%	134,13	11,41%
	<b>Total</b>	<b>168,80</b>	<b>114,63</b>	<b>-32,09%</b>	<b>136,09</b>	<b>18,73%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessárias, tiveram o prazo reduzido de 76 dias, em 2014, para 14,5 dias, em 2015 (redução de 80,83%). O rito ordinário registrou redução da média de 170,53 dias, em 2014, para 120,39 dias, em 2015 (redução de 29,4%). No geral, o prazo médio das audiências de instrução apresentou redução de 32,09%, segundo os dados estatísticos constantes da tabela supra. Entre janeiro e julho de 2016, contudo, houve aumento dos prazos tanto em relação ao rito sumaríssimo quanto ao ordinário, refletindo aumento do prazo médio geral.

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas de prosseguimento efetivamente disponíveis indicam prazos médios inferiores aos apontados pelo Sistema e-Gestão.

#### 6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				TOTAL
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
André Vasconcellos Vieira	38	22	5	0	<b>65</b>
Jorge Fernando Xavier de Lima	21	7	4	1	<b>33</b>
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	178	102	5	3	<b>288</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Roberta Testani	7	4	1	0	<b>12</b>
<b>TOTAL</b>	<b>244</b>	<b>135</b>	<b>15</b>	<b>4</b>	<b>398</b>

2016 (até 31.07)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
André Vasconcellos Vieira	42	17	1	0	<b>60</b>
Eliane Covolo Melgarejo	23	8	0	0	<b>31</b>
Felipe Lopes Soares	30	6	0	0	<b>36</b>
Jorge Fernando Xavier de Lima	3	4	0	0	<b>7</b>
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	42	14	2	3	<b>61</b>
Rozi Engelke	1	0	0	0	<b>1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>141</b>	<b>49</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>196</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

## 6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

## 6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatou-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juizes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2015					Total de processos solucionados
	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
André Vasconcellos Vieira	27	19	1	47	1	<b>48</b>
Felipe Lopes Soares	0	4	0	4	0	<b>4</b>
Jorge Fernando Xavier de Lima	11	5	0	16	6	<b>22</b>
Luis Ulysses do Amaral de Pauli	1	8	0	9	0	<b>9</b>
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	103	68	0	171	24	<b>195</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Nadir Fátima Zanotelli Coimbra	1	0	0	1	0	<b>1</b>
Roberta Testani	3	1	0	4	2	<b>6</b>
<b>TOTAL</b>	<b>146</b>	<b>105</b>	<b>1</b>	<b>252</b>	<b>33</b>	<b>285</b>

2016 (até 31.07)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
André Vasconcellos Vieira	23	20	0	43	1	<b>44</b>
Eliane Covolo Melgarejo	8	1	0	9	1	<b>10</b>
Felipe Lopes Soares	10	2	0	12	0	<b>12</b>
Jorge Fernando Xavier de Lima	3	3	0	6	1	<b>7</b>
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	18	16	0	34	6	<b>40</b>
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	<b>42</b>	<b>0</b>	<b>104</b>	<b>9</b>	<b>113</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.08.2016)

## 6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
<b>Juiz André Vasconcellos Vieira</b>	Processos de Cognição	0020106-14.2015.5.04.0812
		0020433-22.2016.5.04.0812
		0020301-62.2016.5.04.0812
		0020218-80.2015.5.04.0812
<b>Juíza Eliane Covolo Melgarejo</b>	Processos de Cognição	0020778-25.2015.5.04.0811
		0020601-61.2015.5.04.0811
		0020867-48.2015.5.04.0811
		0020657-94.2015.5.04.0811
<b>Juiz Felipe Lopes Soares</b>	Processos de Cognição	0010147-56.2014.5.04.0811
		0020591-17.2015.5.04.0811
<b>Juíza Marcelle Cruz Lanot Antoniazzi</b>	Processos de Cognição	0010093-90.2014.5.04.0811
<b>Total: 11 processos</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 22.09.2016. 50 dias anteriores à data da correição: 09.08.2016)

## 7 ROTINAS DE SECRETARIA

### 7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS



Notificações e ofícios urgentes são expedidos de imediato. Os demais são feitos entre 15 e 20 dias após determinados.

Os processos nos quais deve ser intimada a Procuradoria Regional Federal são remetidos pelo correio diretamente à Procuradoria de Santa Maria, a cada duas semanas.

## **7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPVs**

Mandados urgentes são expedidos de imediato. Os demais, bem como os precatórios e as RPVs, são expedidos em 20 dias da determinação.

## **7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS**

Os alvarás são expedidos uma vez por semana. Nos casos urgentes, o Assistente-Chefe leva o processo diretamente ao Foro de Bagé para que o alvará seja assinado.

## **7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO**

A média de petições protocoladas na unidade gira em torno de 20 por dia, computadas as de processo físico e eletrônico.

O protocolo é despachado em uma semana, mas fica disponível no sistema em duas semanas. Na data da inspeção estava sendo despachado o protocolo do dia 20.09.2016.

Petições urgentes são apreciados no mesmo dia em que protocoladas.

## **7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO**

A unidade aguarda em torno de 15 dias para certificar o prazo nos processos físicos, em razão das petições serem entregues também em Bagé, motivo pelo qual existe necessidade de esperar pelo malote e contar com a possibilidade de eventual atraso na remessa.

Na data da correição, estava sendo feita a certificação dos prazos vencidos na semana anterior. Em casos urgentes, a certificação do prazo é feita de imediato.

## **7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT**

A remessa de processos físicos ao TRT ocorre duas vezes por mês.

## **7.7 CONVÊNIOS**

São utilizados todos os convênios disponíveis.

## **7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS**

O arquivamento é feito diariamente.

## **7.9 EXECUÇÃO REUNIDA**

A unidade tem uma execução reunida, antiga e quase no final. Nos processos sobrestados não é dado o andamento de execução encerrada.

## **7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT**



A inscrição no BNDT é feita quando do retorno da ordem de bloqueio no BacenJud ou restrição no RenaJud. A retirada do BNDT é feita quando da extinção da execução ou quando pago o acordo, no despacho final.

## 7.11 EXAME DOS LIVROS

### 7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo para Devolução
1	8013000-87.2000.5.04.0811	05.09.2016
2	0103700-07.2007.5.04.0811	06.09.2016
3	1015400-57.2004.5.04.0811	16.09.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.09.2016)

### 7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo para Devolução
1	0010069-62.2014.5.04.0811	12.09.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.09.2016)

### 7.11.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga	Processo	Prazo para Devolução
1	811-00074/16	0088100-09.2008.5.04.0811	18.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.09.2016)

## 8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 22.09.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **68 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

### 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0010077-73.2013.5.04.0811
<b>Fase:</b> Liquidação <b>Aspectos Gerais dos autos:</b> Recibos juntados após os documentos aos quais se referem e com informações incompletas. Ausência de certidão de conferência e regularização formal do	



processo quando da remessa dos autos ao Tribunal para correição (fl. 883), em desatendimento ao art. 106 da CPCr.

**Movimentação Processual:** Demora no impulso processual: **1)** entre a data de retorno dos autos ao Posto e o despacho da fl. 856, transcorreram cerca de 60 dias. **2)** Entre a data da remessa eletrônica do AI, pelo TST e a data de conclusão transcorreram cerca de 45 dias (fls.868, 869).

## 2 Processo nº 0010026-62.2013.5.04.0811

**Fase:** Execução.

**Aspectos Gerais dos Autos:** Ausência e informação imprescindível nos termos de cargas: não consta o prazo para devolução do processo (art. 53, VI, da CPCr). Há registros eletrônicos que não correspondem aos registros efetuados no processo físico (Art. 94 da CPCr).

**Movimentação Processual:** Demora no impulso processual:

- 1) Perito permaneceu com o processo em carga no período compreendido entre 12-3-2016 e 20-5-2016 (fl.128), quando o prazo concedido foi de 20 dias (fl.127), sem que tivesse sido deferido elastecimento do prazo, tampouco cobrança.
- 2) Notificado reclamado para se manifestar sobre o cálculo, com prazo de dez dias, permaneceu com os autos por mais de 20 dias, sem qualquer cobrança.
- 3) Mandado de citação expedido em 17-7-2016 foi cumprido somente em 7-10-2016.
- 4) Processo sem movimentação no período compreendido entre 7-10-2016 e 17-11-2016.
- 5) Processo sem andamento no período compreendido entre 9-12-2015 e 2-3-2016.
- 6) Processo sem movimentação no período compreendido entre 27-7-2016 e 6-9-2016.

## 3 Processo nº 0010005-52.2014.5.04.0811

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** Recibos juntados após os documentos aos quais se referem. Ausência de certidão de conferência e regularização formal do processo quando da remessa dos autos ao Tribunal para correição, em desatendimento ao art. 106 da CPCr.

**Movimentação Processual:** Demora no impulso processual:

- 1) Processo sem movimentação no período compreendido entre 24-11-2015 e 2-5-2016.

## 4 Processo nº 0010041-65.2012.5.04.0811

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** nada a apontar.

**Movimentação Processual:** Demora no impulso processual:

- 1) Expedido mandado de citação em 23-1-2015, somente foi cumprido em 9-3-2015.
- 2) Processo sem movimentação nos períodos compreendidos entre 9-3-2015 e 28-4-2015; 18-1-2016 e 22-6-2016; de 6-7-2016 e 16-8-2016.
- 3) Determinada a penhora (fl.114), em 28-4-2015, o mandado foi expedido somente em 10-7-2015 e cumprido em 4-11-2015.

## 5 Processo nº 0010018-51.2014.5.04.0811

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** Recibos juntados após os documentos aos quais se referem e com informações incompletas.

**Movimentação Processual:** nada a apontar.





<b>6</b>	<b>Processo nº 0010077-36.2014.5.04.0812</b>
<b>Fase:</b> Execução <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> nada a apontar. <b>Movimentação Processual:</b> Demora no impulso processual: 1) Autos permaneceram com o perito por prazo superior a 30 dias (fl.104) e superior a 45 dias (fl.128), em que pese deferido prazo de 20 dias. 2) Processo sem movimentação nos períodos compreendidos entre 4-5-2016 e 19-7-2016; de 19-7-2016 e 1º-9-2016.	
<b>7</b>	<b>Processo nº 0010058-33.2014.5.04.0811</b>
<b>Fase:</b> Solucionado <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> Nada a apontar. <b>Movimentação Processual:</b> Demora no impulso processual. Acordo homologado com última parcela a ser paga até 23/06/2016 (fl. 262). O processo permaneceu sem andamento até 01/09/2016, quando foi certificado o cumprimento.	
<b>8</b>	<b>Processo nº 0010022-59.2012.5.04.0811</b>
<b>Fase:</b> Execução Encerrada <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> nada a apontar. <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
<b>9</b>	<b>Processo nº 0010096-16.2012.5.04.0811</b>
<b>Fase:</b> Execução Encerrada <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> nada a apontar. <b>Movimentação Processual:</b> Demora no impulso processual. Partes intimadas para retirar documentos em 03/12/2015. <b>Desde então, não houve qualquer movimentação processual até 01/09/2016, quando foi dado prosseguimento com expedição de ofício ao MPT.</b>	
<b>10</b>	<b>Processo nº 0010082-58.2014.5.04.0812</b>
<b>Fase:</b> Execução <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> nada a apontar. <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 22.09.2016.

<b>Autos aguardando arquivamento – Processos Exemplos:</b>	
1013600-57.2005.5.04.0811	
<b>Demora no impulso processual – Processos Exemplos:</b>	
8019100-63.1997.5.04.0811	8160900-79.1997.5.04.0811
0010053-11.2014.5.04.0811	0010077-39.2014.5.04.0811
<b>Registros desatualizados – Processos Exemplos:</b>	



0010079-77.2012.5.04.081

### 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

### 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Conforme relato do Assistente-Chefe, é determinada a liberação do depósito recursal somente após a homologação do cálculo, se houver pedido da parte e se o valor for incontroverso ou se a dívida for bem superior ao valor do depósito.

### 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Constatou-se, na inspeção, que primeiro é determinada a citação dos sócios e, após, é realizada a consulta ao BacenJud.

### 9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 16.04.2015.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em 27.09.2016, ocasião em que o acervo processual do Posto Avançado de Dom Pedrito contava com 197 processos na fase de conhecimento, 27 processos na fase de liquidação, 25 processos na fase de execução e 149 processos arquivados.

Agrupador	Quantidade de Processos
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado	1
Processos com habilitações nos autos não lidas	14
Processos com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciado	1
Processos com petições não apreciadas	18 <b>Mais antigo:</b> 0020477-41.2016.5.04.0812 01.09.2016
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	2



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Processos com audiências não designadas	10
Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiência (atas assinadas)	4

Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Conhecimento	_____	-	_____	_____
Aguardando Cumprimento de Providência	2016 - mês 10	196	0020213-61.2015.5.04.0811	05.05.2016
Aguardando apreciação pela instância superior	-	1	0020356-47.2015.5.04.0812	31.05.2016
Aguardando audiência	-	56	0020767-90.2015.5.04.0812	06.05.2016
Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos	2016 - mês 03	31	0020593-81.2015.5.04.0812	17.03.2016
Aguardando término dos prazos	-	16	0020811-15.2015.5.04.0811	19.08.2016
Analisar Decisão	Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	1	0020384-18.2015.5.04.0811	25.09.2016
Analisar Despacho	Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	2	0020108-81.2015.5.04.0812	25.09.2016
Análise das Perícias	PRAZO - 2016 - 09/30	1	0020359-68.2016.5.04.0811	23.07.2016
Análise do Conhecimento	-	23	0020718-49.2015.5.04.0812	12.07.2016
Concluso ao magistrado	-	2	0020180-71.2015.5.04.0811	16.09.2016
Imprimir Correspondência	-	3	0020668-86.2016.5.04.0812	08.09.2016
Minutar Decisão	Dr André	2	0020529-71.2015.5.04.0812	27.08.2016
Minutar Despacho - Conversão em diligência	-	1	0020702-98.2015.5.04.0811	29.08.2016
Minutar sentença	Vistos por Felipe. Aguardam sentença	13	0020591-17.2015.5.04.0811	04.04.2016
Prazos vencidos	-	9	0020627-56.2015.5.04.0812	10.09.2016
Preparar comunicação	-	7	020689-62.2016.5.04.0812	08.09.16
Triagem Inicial	-	1	0020790-05.2016.5.04.0811	27.09.2016
Liquidação	_____	-	_____	_____
Aguardando término dos prazos	PRAZO 10/05	8	0020149-48.2015.5.04.0812	19.09.2016



Analisar Despacho - Liq	Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	1	0020525-34.2015.5.04.0812	26.09.2016
Análise das Perícias	–	1	0020200-59.2015.5.04.0812	06.09.2016
Análise de Liquidação	PRAZO - 2016 - 10/05	1	0020165-02.2015.5.04.0812	19.09.2016
Prazos vencidos	–	16	0020147-78.2015.5.04.0812	21.05.2016
Execução	_____	–	_____	_____
Aguardando Cumprimento de Providência - Exec	PRAZO - 2016 - mês 09	1	0020260-32.2015.5.04.0812	17.08.2016
Aguardando término dos prazos	PRAZO 10/05	4	0020278-56.2015.5.04.0811	19.09.2016
Analisar expediente da secretaria	Dr. Jorge Fernando	1	0020217-64.2016.5.04.0811	26.09.2016
Análise de Execução	–	6	0020497-35.2016.5.04.0811	12.07.2016
Concluso ao magistrado - Exec	–	2	0020160-77.2015.5.04.0812	23.09.2016
Iniciar Execução	–	3	0020150-33.2015.5.04.0812	23.09.2016
Minutar expediente da secretaria	–	1	0020161-62.2015.5.04.0812	21.09.2016
Prazos vencidos	–	6	0020630-77.2016.5.04.0811	24.09.2016
Publicar DJe - Exec	–	1	0020319-20.2015.5.04.0812	26.09.2016

## 9.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS

Para apontamentos específicos quanto ao andamento/movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos entre os dias 29.08 e 30.08.2016:

1	<b>Processo nº 0020609-35.2015.5.04.0812</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento	
<b>Movimentação Processual:</b> demora no impulso processual – <b>1)</b> Petição protocolada pelo reclamante em 28.01.2016 (ID ebc1935), requerendo expedição de ofício à CEF, com despacho correspondente proferido em 06.04.2016 (ID 5989cfc). <b>2)</b> Despacho proferido em 06.04.2016, determinando a expedição de ofício à Caixa Econômica Federal, com respectivo cumprimento verificado, apenas, em 21.06.2016 (ID dcde052).	
2	<b>Processo nº 0020412-80.2015.5.04.0812</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento	
<b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual – acordo homologado em audiência, com previsão de pagamento da última parcela para o dia 22.02.2016. Após a petição protocolada pela reclamada em 25.01.2016 (ID 9d0d0aa), juntando comprovante de depósito, não houve impulso processual por iniciativa do Juízo.	



Processo está na pasta de tarefa "Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos - 2016 - mês 04" desde 01.03.2016.

**3** **Processo nº 0020593-81.2015.5.04.0812**

**Fase:** Conhecimento

**Movimentação processual:** demora no impulso processual – acordo homologado na audiência realizada em 16.03.2016 (ID d469260) com previsão de pagamento em parcela única no dia 18.03.2016. Transcorrido o prazo de dez dias, sem manifestação do autor quanto a eventual inadimplemento, não foi efetivado o arquivamento do processo, conforme determinação preestabelecida na referida audiência.

Processo está na pasta de tarefa "Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos - 2016 - mês 03" desde 17.03.2016.

**4** **Processo nº 0020200-59.2015.5.04.0812**

**Fase:** Liquidação

**Movimentação Processual:** demora no impulso processual entre vencimento do prazo em 15.07.2016 (IDs 0526b62 e dd776a3) para ciência da sentença pelas reclamadas, sem a interposição de recursos, e impulso processual subsequente com a decisão de liquidação proferida em 17.08.2016 (ID d257b68)

**5** **Processo nº 0020013-17.2016.5.04.0812**

**Fase:** Liquidação

**Movimentação processual:** demora no impulso processual – **1)** vencimento do prazo recursal em 11.05.2016 (ID ea3d8c8), sem a interposição de recursos, e o despacho subsequente, proferido em 27.06.2016 (ID 025c0f5) com determinação para retificação do polo passivo e notificação para reclamada formular proposta de conciliação. **2)** Despacho proferido em 27.07.2016 (ID a04d6d1), determinando a notificação do reclamante para ciência de proposta de conciliação, com cumprimento efetivado em 19.08.2017 (ID 005e9be).

**6** **Processo nº 0020319-20.2015.5.04.0812**

**Fase:** Liquidação

**Movimentação processual:** demora no impulso processual entre petição de cálculos apresentada pelo reclamante em 01.06.2016 (ID f094ec9) e despacho subsequente proferido em 19.07.2016 (ID 8173a47).

**7** **Processo nº 0020147-78.2015.5.04.0812**

**Fase:** Liquidação

**Movimentação processual:** demora no impulso processual – **1)** vencimento do prazo recursal em 12.10.2015 (ID 4d3e3f3), sem interposição de recursos, com decisão de início da fase de liquidação proferida em 24.11.2015 (ID 86b116a). **2)** Vencimento do prazo em 20.05.2016 (ID 543155c) para ciência do reclamante acerca dos cálculos de liquidação apresentados pelo perito contábil, sem impulso processual posterior verificado até 29.08.2016.

Processo está na pasta de tarefa "Prazos vencidos" desde 21.05.2016.



8	<b>Processo nº 0020411-95.2015.5.04.0812</b>
<b>Fase:</b> Execução	
<b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual entre despacho proferido em 12.07.2016 (ID 694510e), determinando a tentativa de bloqueio de valores mediante o sistema Bacenjud, com cumprimento efetivado em 16.08.2016 (ID 40d9cff).	
9	<b>Processo nº 0020260-32.2015.5.04.0812</b>
<b>Fase:</b> Execução	
<b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual – <b>1)</b> petição protocolada pelo reclamante em 29.01.2016 (ID 5da793e), requerendo execução do acordo descumprido, com despacho subsequente proferido, apenas, em 08.03.2016 (ID 11523e6). <b>2)</b> Despacho proferido em 05.04.2016 (ID 9eff24c), determinando a citação da reclamada com cumprimento verificado, apenas, em 14.06.2016 (ID 2c0d363).	
10	<b>Processo nº 0020349-58.2015.5.04.0811</b>
<b>Fase:</b> Execução	
<b>Movimentação processual:</b> <b>1)</b> demora no impulso processual entre o vencimento do prazo em 15.02.2016 (ID 3fb19b4) para reclamada comprovar o recolhimento previdenciário e certidão de vencimento de prazo correspondente exarada em 26.04.2016 (ID 5a78b3d). <b>2)</b> Devolução do mandado de citação, com resultado negativo, em 04.05.2016 (ID 701d9cc) e renovação da notificação expedida em 14.06.2016 (ID a3f54ac). <b>3)</b> Demora no impulso processual entre vencimento do prazo em 30.06.2016 (ID a3f54ac) e certidão de vencimento de prazo correspondente exarada em 01.08.2016 (ID 682cddb). <b>4)</b> Certidão exarada em 01.08.2016 (ID 682cddb) referente à expedição de mandado de citação, sem cumprimento verificado até 30.08.2016.	
Processo está na pasta de tarefa “Preparar comunicação - JOÃO MAURI” desde 01.08.2016.	

Nos processos examinados, constantes da tabela supra, não foram constatadas irregularidades relevantes em relação ao cumprimento de prazos.

Por fim, verificou-se uma excelente gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

## **11 OUVIDORIA**



Não constam na Ouvidoria deste TRT expedientes relativos ao Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito durante o período correccionado.

## **12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

O acervo processual da unidade tem se mantido praticamente constante. Os processos físicos respondem por 52% do acervo. O quantitativo de processos na fase de liquidação vem aumentando em ritmo superior ao das unidades similares, enquanto que os processos das fases de execução e conhecimento, no período correccionado, mantiveram-se no mesmo patamar.

Os prazos médios de tramitação nas fases de conhecimento e liquidação aumentaram em relação a 2014. Por outro lado, o prazo médio da fase de execução apresentou redução no mesmo período.

O índice de processos solucionados por acordo, na unidade, vem crescendo a cada ano e está acima da média regional, o que é muito bom.

É elogiável, ainda, o fato de não terem sido encontrados processos equivocadamente cadastrados junto ao BNDT.

Em relação às metas do ano de 2015, verifica-se que apenas a Meta 7 não foi atingida pela unidade.

No momento da inspeção, verificou-se que as instalações da unidade são precárias. O prédio necessita alguns reparos. O Assistente-Chefe requereu solução para as infiltrações existentes no teto e nas paredes, bem como pintura da área externa do prédio, a instalação de toldo na área externa existente entre a sala de audiências e o restante da secretaria, bem como na entrada do prédio. Solicitou, também, a substituição da cortina metálica da porta de entrada do posto e das duas janelas frontais por pantográficas. Alega que são pesadas para abrir e de difícil manutenção. Tais pedidos foram encaminhados pelo Vice-Corregedor ao setor competente no dia posterior à inspeção.

A divisão do trabalho entre os servidores é feita por carteira. Nos processos físicos, dois servidores trabalham nos processos oriundos da 1ª Vara e um servidor nos processos da 2ª Vara. Nos eletrônicos, a divisão é feita pela numeração final do processo, entre os três servidores.

Verificou-se durante a inspeção uma excelente gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, com boa organização das pastas, permitindo fácil visualização dos procedimentos adotados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

Não houve adesão dos servidores à greve em 2015. O Posto não contou com a atuação de estagiários entre janeiro e agosto de 2016.

Ponderou o Assistente-Chefe que, se possível, seria interessante haver mais um estagiário para auxiliar na integralidade na jornada e não somente em um turno, pois os estagiários ajudam no atendimento ao público, fazem notificações e cobranças de cargas aos advogados e peritos

Quanto ao quadro de pessoal, afirmou o Assistente-Chefe que há grande rotatividade de servidores, o que prejudica o andamento dos trabalhos. Disse que desde o ano de 2005 mais de 12 servidores passaram pelo posto. No dia da inspeção, muito embora constasse no quadro quatro servidores,



apenas três estavam trabalhando no posto (uma das servidoras estava, de fato, em Bagé, atuando como secretária de audiências da Juíza Substituta). Tal situação fez com que, no período de férias de servidores, fosse expedida Portaria reduzindo o horário de atendimento, mais especificamente determinando seu fechamento no horário de almoço.

Em face dessa situação atípica – servidora à disposição vinculada à unidade mas que, efetivamente, não está à disposição do posto, foi procedido um levantamento mais aprofundado junto à SEGESP, a seguir detalhado:

Segundo dados obtidos pelo Sistema de Recursos Humanos previamente à inspeção correcional, havia **quatro servidores lotados em Bagé à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito**. Constatou-se, contudo, que a servidora Fernanda Antunes Vidal atuava em uma das Varas do Trabalho de Bagé e no Posto de Dom Pedrito, acompanhando exclusivamente a Juíza Substituta Marcele Cruz Lanot Antoniazzi, como Secretária de Audiências.

Em consulta ao Relatório Funcional, a referida servidora foi lotada no Posto de Dom Pedrito como Assistente FC02 em 05.12.2011. A Portaria n. 2867 de 06 de maio de 2013, por sua vez, vinculou ao Posto de Dom Pedrito uma função comissionada de Secretário de Audiências:

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PA n. 0002751-70.2013.5 04.000, resolve:

Art. 1º. **VINCULAR** 01 (uma) função comissionada de SECRETÁRIO DE AUDIÊNCIA FC03 ao Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito, anteriormente vinculada à 2ª Vara do Trabalho de Gravataí.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A Portaria nº 2868, de 06 de maio de 2013, considerando o que constava no PA n. 0002751-70.2013.5.04.0000, designou a servidora Fernanda Antunes Vidal para exercer a função de Secretário de Audiências FC03 no **Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito**.

Na Ata da Correição do ano de 2014, realizada na 2ª Vara do Trabalho de Bagé, constou que a servidora Fernanda, “*em que pese lotada no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito, atua como secretária de audiências da juíza substituta lotada, tanto na unidade correcionada como junto à 1ª Vara do Trabalho de Bagé e Posto de Dom Pedrito*”.

Constatou-se na inspeção realizada no corrente ano, que a referida servidora continua atendendo, exclusivamente, a Juíza Marcele Cruz Lanot Antoniazzi, como Secretária de Audiências, independentemente da unidade judiciária (1ª e 2ª Varas do Trabalho de Bagé e Posto de Dom Pedrito); e que, por não haver secretário de audiências no Posto de Dom Pedrito, os juízes titulares das 1ª e 2ª Varas de Bagé, quando fazem audiências no Posto, são secretariados pelos respectivos Secretários de Audiências das suas unidades, que se deslocam para D. Pedrito.

Embora não tenha constado qualquer determinação em relação a essa prática, de caráter irregular, adotada pela Juíza Marcele Cruz Lanot Antoniazzi,





nas Atas de Correição dos anos de 2014 e 2015, não há impedimento para que tal irregularidade possa ser identificada e a respectiva correção determinada em inspeção posterior, para que tal fato não se perpetue.

Entretanto, na data da publicação deste Relatório, constatou-se que a servidora Fernanda Antunes Vidal já está formalmente vinculada à 2ª Vara do Trabalho de Bagé exercendo a função de Secretária de Audiências desde de 03.10.2016, e que no Posto de Dom Pedrito já há funcionário designado para a função de Secretário de Audiências. Nada a determinar, portanto.

Por fim, merecem ser parabenizados o Assistente-Chefe Mauri da Luz Ferreira e os servidores pela dedicação e comprometimento com o trabalho, resultando no adequado atendimento aos jurisdicionados.

## **13 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)**

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

**Reitera-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.**

### **ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando o indicativo de não cumprimento da meta no corrente ano.

### **ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações considerando o indicativo de não cumprimento de meta no corrente ano.

### **ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços com o intuito de baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos nesta fase processual, pois os dados parciais do corrente ano sinalizam o descumprimento da meta.

### **ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)**



Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.5).

### **ITEM 6.3 (Prazo médio das audiências iniciais)**

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais.

### **ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – Pje)**

Observe a Secretaria para as seguintes recomendações e determinações:

- a) Aprecie, com brevidade, as petições protocoladas, em especial, no que concerne aos pedidos relativos às manifestações referentes a eventual descumprimento;
- b) Transcorrido o prazo do reclamante para manifestação quanto ao eventual descumprimento de acordo estabelecido em audiência, realize, com brevidade, as determinações preestabelecidas no que se refere ao arquivamento;
- c) Atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões, em especial, no que concerne à citação do executado para pagamento, bem como a tentativa de bloqueio de valores mediante a utilização do convênio Bacenjud;
- d) Transcorrido o prazo para manifestação das partes, realize, com a maior brevidade possível, a conclusão para o subsequente impulso processual por iniciativa do Juízo, em especial, nos processos que estão em fase de liquidação de sentença;
- e) Atente para a necessidade da prática dos atos de notificação logo após a publicação dos despachos, decisões e sentenças com determinações nesse sentido.

## **14 DETERMINAÇÕES**

### **14.1 SECRETARIA**

#### **ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)**

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) observe que a elaboração da minuta da sentença de julgamento de embargos de declaração no PJe-JT deve sempre ser feito no editor simples na tarefa “Minutar sentença – ED”, acessada a partir do subfluxo “Controle manual



- Prazos pós-sentença”. Antes do encaminhamento do processo para assinatura pelo magistrado, através da tarefa “Analisar sentença – ED”, deve-se fazer o registro do resultado do julgamento, selecionando um ou mais dos movimentos disponíveis (de acordo com a quantidade de EDS julgados);
- b) observe a secretaria a específica solução dada aos incidentes processuais, conforme o resultado da apreciação judicial (Acolhidos/Não acolhidos/Acolhidos em parte os Embargos de declaração; Concedida/Não concedida/Concedida em parte a antecipação de tutela (nome da parte);
- c) dê a secretaria a específica solução aos incidentes processuais do tipo “antecipação de tutela”, listados no anexo 01 deste relatório;
- d) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos de declaração opostos no processo nº 8006100-20.2002.5.04.0811.

#### **ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.1 e 7.11.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCr.

Determina-se que sejam registradas no sistema informatizado as dilações de prazo deferidas.

#### **ITEM 7.11.3 (Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 Dias)**

Determina-se a cobrança do mandado com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listado no item 7.11.3 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCr.

Determina-se que sejam certificadas nos autos as diligências efetuadas, bem como registrado no sistema informatizado a dilação do prazo para cumprimento.

#### **ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) observe o que dispõe o item VI do artigo 53 da CPCr quanto ao registro da data da entrega dos autos e prazo para devolução;
- b) realize os lançamentos no sistema informatizado em correspondência aos atos efetivamente praticados no processo físico, segundo disposto no artigo art. 94 da CPCr;



- c) atente para necessidade de conferência e regularização formal do processo em momento prévio à remessa dos autos ao Tribunal para julgamento do recurso nos termos do artigo 106 da CPCR;
- d) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões, em especial, no que concerne a citação do executado, expedição de mandado de penhora;
- e) transcorrido o prazo para apresentação do laudo contábil principal ou complementar pelo perito, sem a verificação do respectivo cumprimento, realize, com a maior brevidade possível, a renovação do ato de notificação com a cobrança pertinente;
- f) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquelas verificadas nos seguintes processos: 0010005-52.2014.5.04.0811, 0010041-65.2012.5.04.0811 e 0010096-16.2012.5.04.0811.

## ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **68 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e todos que estejam em situação similar. Para tanto:

- a) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito nos processos nº **8019100-63.1997.5.04.0811**, **8160900-79.1997.5.04.0811**, **0010053-11.2014.5.04.0811** e **0010077-39.2014.5.04.0811**, entre outros;
- b) dê andamento de processo arquivado e remeta para o arquivo o processo n. **1013600-57.2005.5.04.0811**, dentre outros;
- c) atualize os registros no processo n. **0010079-77.2012.5.04.081**, **dentre outros**.

## 14.2 MAGISTRADOS

### ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que o Juiz Felipe Lopes Soares profira sentença no processo **0020591-17.2015.5.04.0811**, único pendente de julgamento na data da publicação deste relatório de correição, com a maior brevidade possível.



Na data da publicação deste relatório, não remanescem as pendências apontadas no item 6.9 em relação aos Juízes André Vasconcellos Vieira, Eliane Covolo Melgarejo e Marcele Cruz Lanot. Nada a determinar, portanto.

## **15 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Assistente-Chefe do Posto Avançado e com os servidores lotados na Unidade correccionada, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria do Posto, das 16h30min às 17h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes ao PAJT de Dom Pedrito. Ninguém compareceu.

## **16 PRAZO PARA RESPOSTA**

O Assistente-Chefe do Posto Avançado deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

## **17 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Assistente-Chefe do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito, Joao Mauri da Luz Ferreira, e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correccional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver, Assessora da Vice-Corregedoria, e Maria Eneida Giordani, Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

**Marçal Henri Figueiredo**  
**Vice-Corregedor Regional**



**ANEXO 01**

**LISTAGEM DE PROCESSOS COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PENDENTE DE SOLUÇÃO**

0020084-22.2016.5.04.0811

0020146-96.2015.5.04.0811

0020147-78.2015.5.04.0812

0020149-48.2015.5.04.0812

0020149-51.2015.5.04.0811

0020152-06.2015.5.04.0811

0020154-70.2015.5.04.0812

0020158-10.2015.5.04.0812

0020161-62.2015.5.04.0812

0020161-65.2015.5.04.0811

0020162-47.2015.5.04.0812

0020164-17.2015.5.04.0812

0020165-02.2015.5.04.0812

0020166-84.2015.5.04.0812

0020168-57.2015.5.04.0811

0020178-04.2015.5.04.0811

0020183-23.2015.5.04.0812

0020189-30.2015.5.04.0812

0020200-59.2015.5.04.0812

0020213-61.2015.5.04.0811

0020236-70.2016.5.04.0811

0020373-83.2015.5.04.0812

0020468-19.2015.5.04.0811

0020595-54.2015.5.04.0811

0020601-61.2015.5.04.0811

0020840-65.2015.5.04.0811